

*Um olhar sobre sítios de consciência argentinos:
quando o passado encara o público de volta*

*A Look at Argentine Sites of Conscience: When the
Past Stares Back at the Public*

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

RESUMO: Este artigo resulta da visita a sítios de consciência argentinos – *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* (antiga ESMA) e o *Parque de la Memoria* – durante os anos de 2022 e 2023. Procuro apresentar estes espaços, refletindo como neles se constituem práticas de história pública em torno de temas sensíveis e em defesa do direito à memória sobre o passado traumático. Mais do que lugares de memória, eles se constituem como sítios de consciência por seu caráter educativo e interativo com o público, produzindo instrumentos de enfrentamento às práticas e discursos de cunho negacionista e distorcionista promovidos pelos governos argentinos, depois do período ditatorial. Na atualidade, o presidente Javier Milei e grupos de direita defendem ações demolidoras contra a preservação de memórias que denunciam as violações aos direitos humanos, as mortes e desaparecimentos forçados entre os anos 1976 e 1983. Para falar sobre essa disputa pela memória, optei por utilizar fotografias que foram por mim registradas durante as visitas que realizei nestes lugares, atuando como pesquisadora, mas também como parte de um público afetado pelas narrativas construídas pelos/as agentes de memória, como as *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*, observando a força expressa nos olhares das pessoas – mortas, desaparecidas e sequestradas - cujas imagens compõem as exposições, sendo convidada à reflexão histórica e coletiva sobre a resistência da lembrança contra os apagamentos tirânicos.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti; Parque de la Memoria; Sítios de Consciência; Negacionismos; Madres e Abuelas de Plaza de Mayo.

ABSTRACT: This article is the result of a visit to Argentinean sites of conscience – *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* (formerly ESMA) and *Parque de la Memoria* – during the years 2022 and 2023. I seek to present these spaces, reflecting on how public history practices are constituted in them around sensitive issues and in defense of the right to memory about

¹ Docente na Universidade Federal de Alfenas | (UNIFAL-MG). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora colaboradora na Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades (PPGHDL/USP). Coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG. Membro da Rede Brasileira de História Pública (RBHP).

the traumatic past. More than places of memory, they constitute sites of conscience due to their educational and interactive nature with the public, producing instruments to confront the denialist and distortionist practices and discourses promoted by Argentine governments, after the dictatorial period. Currently, President Javier Milei and right-wing groups are advocating demolishing actions against the preservation of memories that denounce human rights violations, deaths and forced disappearances between 1976 and 1983. To talk about this dispute over memory, I chose to use photographs that I took during visits to these places, acting as a researcher, but also as part of a public affected by the narratives constructed by memory agents, such as the *Madres* and the *Abuelas de Plaza de Mayo*, observing the strength expressed in the eyes of the people – dead, disappeared and kidnapped – whose images make up the exhibitions, being invited to historical and collective reflection on the resistance of memory against tyrannical erasures.

KEYWORDS: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti; Parque de la Memoria; Sites of Conscience; Denialism; Madres and Abuelas de Plaza de Mayo.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2022 e 2023 estive na Argentina para participar de eventos relacionados ao patrimônio, à memória e à história pública acerca dos passados/presentes autoritários na América Latina. Na oportunidade, coordenei trabalhos, junto à Professora Paula Andrea Lenguita (Conicet/UBA), sobre políticas públicas voltadas a criar sítios de consciência no Brasil, no Chile e na Argentina. Fui, então, convidada a conhecer dois espaços na cidade de Buenos Aires, nos quais me senti profundamente tocada: o conjunto de edifícios da antiga ESMA (Escola de Mecânica da Armada), o antigo Centro Clandestino de Detenção de opositores ao regime ditatorial (1976-83), transformado em um complexo memorialístico (*Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*); e o *Parque de la Memoria*, um lugar aberto na cidade que recebe milhares de pessoas com a finalidade não apenas de proporcionar o lazer, mas de fazer uso de instrumentos políticos e educativos a fim de publicizar as ações do terrorismo de Estado.

Procuro, neste artigo, apresentar estes espaços, refletindo como neles se constituem processos de enfrentamento às práticas e discursos de cunho negacionista e distorcionista promovidos por vários governos argentinos na redemocratização, e em especial o atual, liderado por Javier Milei e grupos de direita. Contra ações que pretendem silenciar e banalizar as memórias que denunciam as violações aos direitos humanos, as mortes e

desaparecimentos forçados, como o fechamento do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* e demissões no *Museo Sitio de Memoria ESMA*, entre 2024 e 2025, nestes lugares procura-se resistir. Para poder demonstrar a força de sítios de consciência no enfrentamento à demolição do direito à memória, procurei utilizar fotografias que foram por mim registradas durante as visitas que realizei na antiga ESMA, no *Parque de la Memoria*, em Buenos Aires, e no *Espacio Abuelas de Plaza de Mayo*, inaugurado na Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), onde atuei como pesquisadora, mas principalmente como parte de um público afetado pelas narrativas construídas pelos/as agentes de memória, como as *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*, e impactada pela força expressa nos olhares das pessoas cujas imagens compõem as exposições, sendo convidada à reflexão histórica e pública não apenas sobre os anos de terror, mas a resistência dada pelos movimentos diversos contra a ditadura, em especial pela denúncia da violência e pela busca por familiares desaparecidos, realizada por parte das mulheres argentinas.

No texto, procuro apresentar a discussão sobre a Justiça de Transição na Argentina, ancorada em autores/as que abordam a tensão entre negacionistas/distorcionistas e os/as “empreendedores da memória”, assim chamados/as por Elisabeth Jelin. Demonstro como os lugares de memória (Nora, 1993) são transformados em sítios de consciência (Briones, 2015) na medida em que as imagens (fotográficas e esculturais) ali dispostas não apenas informam, mas fazem falar em silêncio aquilo que é indizível – o trauma, a dor – assim como celebram os encontros e conquistas da luta pela memória pública. Como parte deste público, fui tocada profundamente pelas ações das associações das *Madres* e das *Abuelas*, pelos rostos e pelos olhos do passado que encaram o participante no presente; e é na potência deles que concentro a atenção para a reflexão neste artigo.

A Justiça de transição e o uso público da memória para a reparação do dolo

Segundo Ana Guglielmucci (2007) e Esteban Cuya (2011), ações que garantam o direito à verdade e à memória fazem parte da chamada Justiça de Transição, construída em muitos países latino-americanos, inclusive Brasil e Argentina, com elementos fundamentais de enfrentamento aos negacionismos e distorcionismos promovidos por setores conservadores que pretendem fazer esquecer o passado. Entre esses elementos estariam:

1. A busca irrestrita da verdade para esclarecer os crimes de direitos humanos e de direito humanitário internacional e assim construir a memória histórica contra as políticas de esquecimento; 2. A aplicação da justiça contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos e ao direito humanitário internacional, seja através dos tribunais nacionais, internacionais ou mistos; 3. Colocação em prática de medidas de reparação, tanto material quanto moral, para todas as vítimas de abusos de direitos humanos (Cuya, 2011, p. 40).

O direito à verdade sobre o passado, a escuta de sobreviventes, a responsabilização de perpetradores, a desmilitarização de órgãos estatais e a educação para os direitos humanos são fundamentais para a reconstrução democrática. E, nessa direção, a história pública, em suas diferentes dimensões de divulgação, ensino e pesquisa – para, com e pelos públicos diversos – é um posicionamento político no sentido de tensionar, provocar e colocar sob o preceito da ciência histórica e do debate público toda forma de distorção sobre o passado (Santhiago, 2018). Na construção do trabalho social da memória contra esquecimentos e impunidades relativos às violações de direitos humanos, Elisabeth Jelin (2002) aponta a importante ação dos/as “empreendedores/as da memória”, muitas vezes ligados/as às vítimas ou elas mesmas, na criação de espaços ou meios de comunicação e mobilização pública de sujeitos/as diversos/as.

Prefiero el uso de la palabra “empreendedor” a la de “empresario”. Este último término puede provocar alguna confusión, dada la asociación de la noción de “empresa” con la idea de lucro privado. La idea de emprendedor, aquí elegida, no tiene por qué estar asociada con el lucro económico privado, sino que podemos en emprendimientos de carácter “social” colectivo. Lo importante en este punto, y que es algo que quiero rescatar y conservar, es que el emprendedor se involucra personalmente en su proyecto, pero también compromete a otros, generando participación y una tarea organizada de carácter colectivo. La diferencia de la noción de “militantes de la memoria” (utilizada, por ejemplo, por Rousso), el emprendedor es un generador de proyectos, de nuevas ideas y expresiones, de creatividad - más que de repeticiones (Jelin, 2002, p. 48).

Jelin chama a atenção para a existência de outros/as agentes e áreas de conhecimento que atuam no espaço público e na produção do saber sobre o passado, para além de historiadores/as, fazendo uso de políticas de memória como instrumento de resistência e de justiça. Podemos compreender que o conceito de empreendedor/a da memória, definido pela autora argentina, dialoga com a concepção de história pública – tal como definiu Juniele Rabêlo Almeida (2018) - realizando-se como atitude política, posicionamento e movimento coletivo em prol da democratização do conhecimento histórico, ampliando-se por vias não acadêmicas, mas não necessariamente apartando-se das instituições mais canônicas. Na

Argentina, familiares de “desaparecidos/as”², assassinados/as e perseguidos/as pela ditadura mobilizam suas energias em prol da transformação da memória em uma causa e disputa pública: “há uma luta entre 'empreendedores da memória', que pretendem o reconhecimento social e de legitimidade política de uma (sua) versão ou narrativa do passado” (Jelin, 2002, p. 49).

Foi sob pressão desses/as empreendedores/as, como as conhecidas *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*, de partidos políticos, organização estudantis e grupos como os Hijos³, que os governos argentinos durante o processo de redemocratização implementaram uma série de políticas públicas – não sem conflitos e tensões políticas – com o intuito de estimular a divulgação, a democratização do acesso à informação e o debate em torno da violência política praticada durante o autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional*⁴, entre os anos de 1976 e 1983. Desta forma, um conjunto de medidas como a criação da Comissão de Notáveis, objetivando receber denúncias de violações, do Arquivo Nacional da Memória, da Comissão pela Memória, Verdade e Justiça, e de ações como a indenização de expresos/as políticos/as e de familiares de desaparecidos/as, fizeram parte das realizações que só se deram a partir do enfrentamento coletivo e da pressão social. Entre as medidas de reparação da memória traumática ainda estiveram a criação, nas margens do *Rio de la Plata*, de um Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado no *Parque de la Memoria* e a transformação da ESMA num centro de memória, como apresentarei a seguir (Jelin, 2002; Guglielmucci, 2007; Parsons, 2011; Salignac, 2017; Marchiaro, 2021).

ESMA: Um lugar de memória convertido em sítio de consciência

A antiga Escola de Mecânica da Armada (ESMA) está localizada em uma das principais avenidas da cidade de Buenos Aires. Ao caminhar pelas ruas do centro, rodeado

² Uso o termo desaparecidos/as entre aspas, uma vez que o entendo como uma artimanha para a negação dos crimes de assassinato promovidos pelo Estado.

³ HIJOS (*Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) é uma organização, inicialmente formada por filhos de pessoas desaparecidas/assassinadas, responsável pelos chamados escrachos ou esculachos, manifestações públicas de denúncia, exposição de agentes da repressão e defesa de sua responsabilização e punição.

⁴ A autonegação serviu à ditadura argentina para justificar a perseguição, a tortura e o assassinato de opositores sob a justificativa de “proteger” o país contra os intitulados “inimigos subversivos” que, segundo os governos militares, visavam destruir “a soberania do Estado” (Canelo, 2001).

de parques, não é possível ignorar a arquitetura ostensiva daquele que foi um dos maiores centros de detenção, tortura e assassinato de opositores/as, durante a campanha de terror anticomunista promovida pelos governos militares, entre os anos de 1976 e 1983. Por lá passaram cerca de 5 mil pessoas presas, sendo dezenas as que conseguiram sobreviver à complexa operação de extermínio e de ocultação dos corpos como evidência dos crimes cometidos (Parsons, 2011).

As fotografias abaixo, tiradas por mim em 2022, quando da visita junto a pesquisadoras da Argentina e do Chile, mostravam as marcas que denunciavam a ESMA como um ex-centro clandestino de detenção e extermínio, lugar de memórias traumáticas transformado em patrimônio histórico no ano de 2008 sob pressão de grupos da sociedade civil ligados à defesa dos direitos humanos. Chamando a atenção do público circulante, as faixas colocadas sobre suas grades lembravam ao caminhante nas ruas o *Nunca Más*, lema e símbolo das manifestações mnésicas das *Madres* e das *Abuelas de Plaza de Mayo* por políticas de memória, junto a outras demandas sociais, numa apropriação e recriação de sentidos a partir do presente daquilo que foi durante muito tempo entendido como lugar de prisão.

A disputa pela apropriação do espaço de memória e por sua ocupação pública e civil ali evidenciada representa a oportunidade de custódia simbólica, de recriação, conservação, publicização e gestão de uma consciência histórica necessária à reparação dos danos e traumas causados pela ditadura. Entre a “admiração” de uma parte da população pela força militar e a denúncia/convite para conhecer um centro clandestino que torturou e eliminou pessoas, está um conjunto de mediações científica, técnicas e políticas necessárias à redemocratização contínua do país.



Escola de Mecânica da Armada (ESMA)
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

O processo de desocupação das instalações militares teve início em 2004, no 28º aniversário do golpe militar, por ordem do governo de Néstor Kirchner, e em 2007, concluiu-se o desalojamento dos 34 edifícios que compunham a ESMA. Eles foram entregues a diferentes órgãos de direitos humanos, permitindo transformar o lugar de memória (Nora, 1993) em sítio de consciência, por meio da realização de debates públicos, exposições e manifestações em prol da memória sobre o passado em aberto. Os grupos – “empreendedores da memória” – como os *Hijos*, as *Abuelas*, intelectuais e outros membros da sociedade civil se responsabilizaram pelas atividades culturais e políticas, eventos, visitas de escolas, museus e bibliotecas que passaram a compor o *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*, nome de um escritor e filósofo, preso na ditadura e considerado um dos “desaparecidos” da ESMA. Ao caminhar pelo grande terreno apropriado pelos órgãos de direitos humanos, é impossível não se sentir tocado/a pelas fotografias, como a do próprio Conti, espalhadas pelas paredes dos edifícios e em painéis que contam as trajetórias de vida e as circunstâncias dos assassinatos e desaparecimentos de vários/as militantes. Mais do que as visões canônicas e estáticas que um lugar de memória possa proporcionar a uma sociedade que teme perder seu passado (Nora, 1993), cristalizando lembranças e transmitindo-a, estão presentes ali os testemunhos silenciosos daquelas imagens inseridas na paisagem política, que nos ensinam e convidam à ação: rostos que nos acompanham por

todos os espaços; que nos olham de volta com suas vidas perdidas, mas que continuam a testemunhar a dialogar conosco como que em busca da reparação.

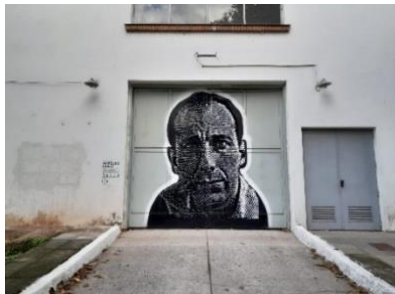


Imagem de Haroldo Conti e de outros/as desaparecidos/as.
Fotografia: arquivo pessoal da autora, 2022.





Rostos nos edifícios da antiga ESMA nos fitam enquanto caminhamos.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

Aquele conjunto repleto de materiais, mas marcado pelos rostos, que tudo dizem sem nada dizer, se constitui como parte de um grande projeto coletivo na construção de um sítio de consciência histórica, que ultrapassa a ideia de lugar de memória pensada por Pierre Nora (1993). O conceito de sítio de consciência implica numa série de ações que promovem reflexões e afetações que objetivam o engajamento político e social das pessoas no presente, seja em lugares de memória ou não (Briones, 2015); assim, por todo o tempo em que se caminha por aquele espaço plural que faz uso de marcas da memória, ele impacta os passantes, emocional e cognitivamente, excedendo o ato de mera visita e convidando à reflexão sobre o passado traumático. Está presente ali a preocupação com a criação de um público – também a função da história pública (Santhiago, 2018) – uma comunidade de escutadores/as, capaz de se sensibilizar com o passado, ainda que nada se expresse por vozes audíveis. Se as perspectivas e ações no presente recriam o passado, ele nos olha de volta e nos cobra atitudes de reparação, ao se referir à vida, à continuidade de certa responsabilização no presente, e não apenas à morte. As placas ali colocadas nos remetem ao antes – os nomes daqueles/as que continuam a existir simbolicamente, a vida da militância e da luta contra a ditadura, que devem tocar e continuar, simbolicamente, as novas gerações pela memória. Em

uma delas, se diz ao público que “*no se puede dejar descansar a la memoria*”, acomodar-se ao esquecimento pois, afinal, como seres humanos somos agentes e produtos da memória.

Sob o impacto das duas visitas que fiz ao *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*, decidi compartilhar algumas dessas imagens que compõem a narrativa construída, a fim de reforçar a importância de uma história que se dirige ao público, não apenas para informar, mas para tocar e afetar, chamando ao compromisso com a justiça e a reparação do trauma histórico coletivo. Muitas dessas imagens se referem à recuperação da vida e ao trabalho incansável das *Madres* e das *Abuelas de Plaza de Mayo*, principais agentes da memória na Argentina.



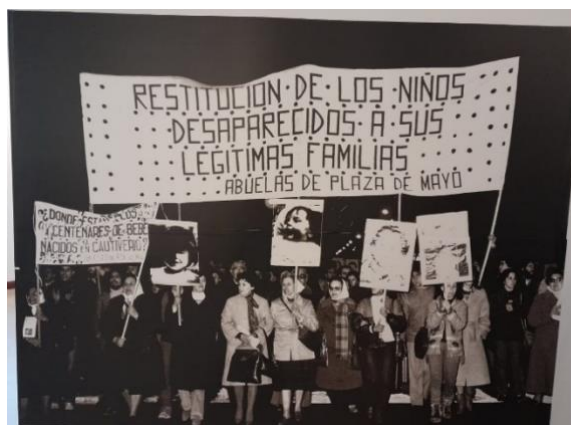
Placas que nos chamam a um dever da memória no *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

Empreendedoras da memória pública: as *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*

Elisabeth Jelin (2007) afirma que a ditadura militar argentina fez constante uso da imagem da família nuclear tradicional como campanha do governo, ao mesmo tempo em que sua política repressiva desmantelou e violentou famílias que tiveram seus/suas filhos/as assassinados/as e seus/suas netos/as sequestrados/as por perpetradores. Suas intimidades e afetos foram violados, com a tortura e morte de familiares e com o desaparecimento de meninos e meninas que eram levados assim que suas mães – presas políticas – davam à luz, tendo suas identidades alteradas e suas memórias negadas. Corpos recém-chegados ao mundo, em meio à violência, eram tomados como “botins de guerra” (Jelin, 2002), como

objetos, adotados ilegalmente e destituídos de seus direitos básicos de humanidade, a começar pela mais íntima e subjetiva deles: a sua personalidade e a sua família (Salignac, 2017).

As duas organizações, das *Madres* e das *Abuelas*, se consolidaram politicamente a partir de práticas de ocupação da chamada *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, logo após o golpe de 1976: a primeira à procura de seus filhos e filhas, denunciando a existência de centros clandestinos, da tortura, do assassinato e ocultação de corpos; e a segunda voltada, em especial, ao sequestro de seus netos e netas nascidos na prisão. Além dos 30 mil “desaparecidos”, as mulheres tiveram papel fundamental em levantar o número de cerca de 500 crianças levadas de suas mães. Desde 1977, essas mulheres passaram a se apropriar e ressignificar a imagem passiva das famílias, rompendo com a divisão dicotômica entre privado e público. Em sentido contrário, as mães e avós tornaram a presença de seus corpos em espaços como as ruas e a praça de Buenos Aires – em frente ao edifício do governo – uma ação incômoda que questionava os silêncios e omissões das autoridades que haviam ferido seus/suas entes queridos/as e tornavam justamente a família uma justificativa para sua luta e para a exigência da construção de espaços de memória, denunciando suas perdas (Parsons, 2011; Salignac, 2017).



Fotografias expostas na entrada no Espaço *Casa por la Identidad*, relembrando as lutas.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.

As *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*, em sua relação com a sociedade e, em especial, com a comunidade acadêmica e internacional, deram mostras de uma autoridade

compartilhada e dialógica, manifesta na memória subjetiva/coletiva e compartilhada sobre seus/suas filhos/as, na luta pela recuperação de seus/suas netos/as sequestrados/as nos mais de 340 centros clandestinos e na ESMA, e na contribuição para a criação do primeiro Banco Nacional de Dados Genéticos do mundo (Jelin, 2002; Salignac, 2017).

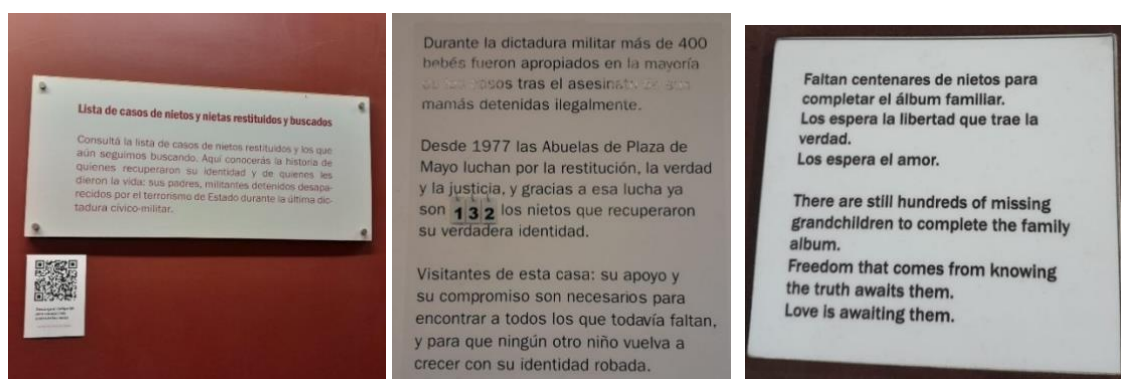
O Congresso Nacional da Argentina promulgou, em 26 de novembro de 2009, uma lei que reformulava o Código Penal argentino: a lei 26.548/2009, conhecida por Lei de ADN. O artigo 2o da referida lei garante a obtenção de material genético necessário como prova para o esclarecimento de crimes de lesa-humanidade, permitindo a identificação de filhos de desaparecidos, sequestrados durante o regime militar, mediante o cruzamento de informações do Banco Nacional de Dados Genéticos (BNDG), além do auxílio à justiça e a organizações governamentais e não-governamentais empenhadas no referido objetivo (Jelin, 2002, p. 60).

No *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* se encontram espaços como a *Casa por la Identidad*, coordenado pelas *Abuelas de Plaza de Mayo*. Ao caminhar pelas ruas da antiga ESMA é possível ver os sinais de sua presença em cada lugar, em especial a imagem do lenço (ou da fralda de pano), símbolo de luta dessas mulheres, atualizada nas exposições e nos monumentos construídos. Em 2023, pude interagir com uma exposição de fotografias diversas que narram memórias em temporalidades múltiplas – desde o início das primeiras manifestações em defesa dos desaparecidos até os encontros com seus/suas netos/as sequestrados/as.



Casa por la identidad (Abuelas da Plaza de Mayo) e *Casa de la Militância* - Hijos
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.

Na *Casa por la Identidad*, organizada pelas *Abuelas* (que também são mães de desaparecidos/as políticos/as), o público é envolvido por um conjunto de expressões materiais e simbólicas, pelo qual é possível conhecer a história de apoio à causa das crianças que não tiveram direito de conhecer sua ancestralidade e nem saberem que são adotivas, ou ainda em que circunstâncias foram trazidas para suas famílias não biológicas. Uma galeria sobre manifestações de jogadores de futebol, como Maradona, militando em defesa da verdade sobre os sequestros da infância mostram a amplitude da memória social e do empreendedorismo coletivo em diferentes dimensões e públicos. No entanto, há uma sala, em especial, que se propõe a dialogar com os/as visitantes, convocados/as e responsabilizados/as pela missão de recuperar as netas e netos ainda não encontrados/as e pela construção da democracia argentina. Ali se apresentam os dados, atualizados cotidianamente, sobre as crianças – hoje adultas que também têm filhos/as – e suas identidades restituídas.



Placas na entrada da Casa por la Identidad, antiga ESMA.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.

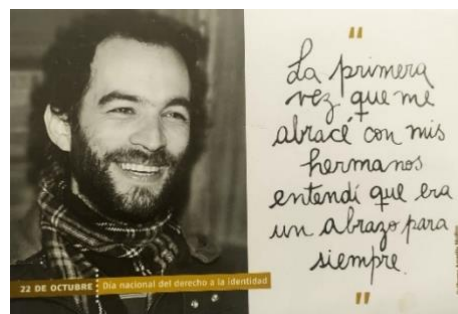
A primeira placa registra que “*desde 1977 las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo luchan por la restitución, la verdad y la justicia, y gracias a esa lucha ya son 132⁵ los nietos que recuperaron su verdadera identidad*”, e convoca o público a apoiar a sua militância: “*Visitantes de esta casa: su apoyo y su compromiso son necesarios para encontrar a todos los que todavía faltan, y para que ningún otro niño vuelva a crecer con su identidad robada*”. Abaixo dela segue um QRcode para que se possa

⁵ Em julho de 2025, as Abuelas anunciaram o reencontro do 140o. neto, sequestrado pelos agentes da ditadura. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-07/avos-da-praca-de-maio-encontram-140deg-neto-sequestrado-pela-ditadura>. Acesso em: 21 ago. 2025.

acessar as informações de cada história, fazendo uso das tecnologias digitais para compartilhar publicamente histórias orais de vida e documentações que até então estavam reservadas a arquivos. Não apenas aos/às pesquisadores/as cabe a pesquisa e acesso ao material referente aos crimes de sequestro e ao resultado de anos de trabalho de estudos acadêmicos, mas também a “empreendedores/as da memória” na Argentina.

As questões privadas são politizadas, como o afeto, a família e o amor, defendidos como direito: “*Faltan centenares de nietos para completar el álbum familiar. Los espera la libertad que tras la verdad. Los espera el amor*”. Valores defendidos por setores conservadores, como a família, são transformados em bandeira das “pessoas comuns” (pois todos têm família) contra a violência a entes queridos/as. No espaço, exemplares do periódico *Abuelas de Plaza de Mayo* - com o logo *Identidad, familia, libertad* - trazem notícias sobre a democracia e a inserção das novas gerações na luta; e postais com fotografias e falas de netos/as encontrados/as são distribuídos ao público, convidado ao diálogo e a um olhar mediado pela ciência e tecnologia.

Os postais expressam a imagem de rostos sorridentes, marca das várias fotografias dispostas na *Casa por la Identidad*, destoando em alguns momentos do imaginário restrito à tortura vinculada ao ex-Centro de detenção e morte da ESMA. Trechos das narrativas de adultos/as que um dia foram sequestrados/as e alijados/as de seus direitos, expressam a alegria do (re)encontro e da vida como continuidade de futuro:





Periódico das *Abuelas de Plaza de Mayo* e cartões com os/as netos/as encontrados por elas, distribuídos ao público.

Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.

Com exposições cuidadosamente organizadas e compostas por recortes narrativos políticos, memorialísticos e afetivos, a *Casa por la Identidad* é espaço onde se trabalha para produzir consciência coletiva, de forma dialógica e sensível, não à toa investindo em imagens e palavras que tornam visíveis não apenas a dor, mas a alegria da resistência e da vida. Como afirma Marcia Briones (2015, p. 32), “o conceito sítio de consciência envolve muito mais do que o lugar onde aconteceram os eventos traumáticos. Podem ser também espaços institucionais, criados ou adaptados com o objetivo maior de criar consciência”. Consciência entendida aqui como processo relacional, interativo, parte de uma história pública a ser celebrada, uma consciência que se direciona para o futuro na construção da democracia.

Dentro e fora da *Casa por la Identidad* muitas faces nos miram, contando-nos sobre as resistências, as persistências, atribuindo nomes e histórias aos/às mortos/as e desaparecidos/as e visibilizando a continuidade da vida nas novas gerações. A consciência histórica, portanto, não se remete apenas ao trauma, mas à potência da vida e à sensibilidade da diacronia que este lugar de memória e, também, sítio de consciência, promove em dialogia com os públicos diversos: visitantes, curiosos/as, militantes, pesquisadores/as, docentes e estudantes caminham por todo o complexo e são tocados pelos muitos olhares que parecem questioná-los/as e chamá-los ao passado para produzir ações no presente.

Do lado de fora, um monumento erigido às *Abuelas* – mas também aos/às seus/suas netos/as e filhos/as – registra em concreto a imagem de sua luta: embora inscrita em pedra, a cena das mulheres caminhando em duplas, numa reprodução de suas práticas na *Plaza de*

Mayo toda semana, em Buenos Aires, convida o público ao movimento, a imaginar a ação, a procura, a solidariedade, o afeto transformado em ato político e razão. Esta ação é o que Beatriz Sarlo (2016) chamou de paixão como política, artimanhas diante de valores tradicionais atribuídos ao feminino, como a maternidade, e que são transformadas em instrumentos no mundo político. As palavras registradas “*hasta la victoria siempre*” e “*queridos hijos*” dirigem-se ao passado, mas clamam o compromisso com o futuro em aberto. Na quarta imagem, abaixo, destaco a mãe que também olha o público, interagindo e o envolvendo emocionalmente: passado, presente e futuro confluídos são a força desses símbolos.



Monumento erigido nas ruas da antiga ESMA, em homenagem às *Abuelas de Plaza de Mayo*.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

Em uma das salas da exposição, no lado de dentro da *Casa por la Identidad*, foram expostas fotografias pessoais, íntimas, que se misturam àquelas que representam manifestações públicas contra a ditadura e pela busca de filhos/as e crianças desaparecidas. Ali, os afetos são a demonstração de força política contra o tempo avassalador da memória e a máquina de destruição de corpos amorosos, moldados em porta-retratos pessoais e colocados sobre as mesas, tal como num lar. As/netas/os também falam: sobre as memórias herdadas sobre seus pais; sobre a reconstrução de suas identidades e sobre suas avós. Publiciza-se o passado de jovens que um dia viveram e sonharam, militaram e se entregaram à luta armada; não somente expõe-se a morte, o trauma e o esquecimento. Ao lado de fotografias desses jovens e de crianças – algumas que compartilho abaixo – outros rostos amadurecidos, vivos, compõem o encontro entre passado e presente. Sorrisos, justaposições e abraços entre gerações convidam o público a comemorar a vida e demonstram que é possível, também, registrar e praticar uma história pública sobre o amor como ato político.



Painéis distribuídos pela *Casa por la Identidad*. Fotos afetuosas e frases “*Como volvi a nacer*” e “*Haber conocido mi identidad significó sentirme más completa, mas segura*” envolvem emocionalmente o público em uma história coletiva.

Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.



Porta-retratos pessoais convidam o público a se identificar com uma história pública da família.

Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2023.

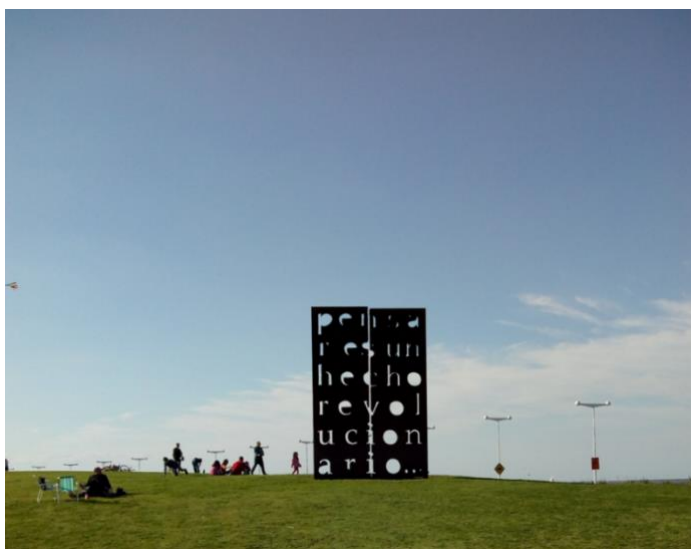
Falo dessas exposições para me referir a uma concepção de história pública que não envolve apenas o/a historiador/a ou o/professor/a, seja universitário/a ou da educação básica, mas um grande movimento que envolve setores da sociedade civil e do governo, comprometidos com a mediação e circulação de conhecimento produzido, em reconhecimento à memória de atingidos/as pelo terrorismo de Estado, em provocação aos silenciamentos e na mediação de processos participativos, dialógicos e afetivos voltados aos

usos do passado em contextos ainda ameaçadores à democracia e à vida. O *Parque de la Memoria* é produto e agente desses processos.

O *Parque de la Memoria*: um sítio de consciência ao ar livre

O *Parque de la Memoria* foi criado em 2001, com o intuito de promover um olhar público constante sobre a memória das violações perpetradas pelo regime militar argentino. Não se trata apenas de um lugar com bonitas paisagens, área verde e espaços para o lazer da população de Buenos Aires. Fazem parte dele um anfiteatro, um centro de exposição e de documentação, além se configurar como um grande memorial a céu aberto. Ao caminhar pelo lugar, o público é rodeado por enormes esculturas, ruas, placas e muros que fazem referências e visibilizam o que não pode ser esquecido. As obras que o compõem são resultado de um concurso internacional, realizado em 1998.

Um rememorar inquietante e incômodo parece querer tocar cada pessoa que nele “passeia”: logo na entrada do Parque é possível observar um rosto que olha o público, assim como aquelas fotografias dispostas no *Centro de Cultura Haroldo Conti*. A face do jovem, numa obra que a desconstrói e a reconstrói, a depender do movimento de quem a vê, é do artista Nicolás Guagnini. Junto a esta imagem, há a referência à resistência política, por meio de um grande monumento no qual se pode ler “*Pensamiento es un hecho revolucionario*”. Ambas as construções são provocações ao público, em espaços cotidianos onde também se dão o lazer, o piquenique e o encontro familiar, num processo de restituição e ressignificação simbólica de nomes, lugares e eventos que foram negados - e ainda há quem negue - pelas ações de negacionismos e revisionismos.



Esculturas no *Parque de la Memoria*, rodeadas pelo público em lazer.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

Ali foi possível observar a convivência da população com os símbolos que remetem às execuções e aos desaparecimentos de militantes políticos/as. Ao fundo da primeira imagem, acima, pode-se observar o *Rio de la Plata*, uma composição que não apenas atende a uma paisagem estética, mas é apropriada politicamente a fim de associar e lembrar dos “voos da morte”, destino de vários/as detentos/as políticos/as na ESMA e nos centros clandestinos, que eram ali jogados/as, muitas vezes ainda vivos/as. Por toda a margem do Rio foram organizadas placas, como se fossem de trânsito, mas que se referem aos voos, às execuções, à censura e, também, aos lenços das *Madres* e das *Abuelas da Plaza de Mayo*, resultado do trabalho do Grupo de Arte *Callejero* (GAC), que também participou dos escrachos políticos junto aos *Hijos*, produzindo sinais para identificar sítios clandestinos de violação aos direitos humanos⁶. Em suas águas, há a referência a um dos sequestrados por meio de uma estátua em tamanho natural, obra criada por Claudia Fontes: o jovem Pablo Miguez, de 14 anos, parece caminhar sobre elas, no lugar onde estão tantos corpos, violados e assassinados como o seu foi.

⁶ Informações sobre todas as obras do *Parque de la Memoria* estão disponíveis em: <https://parquedelamemoria.org.ar/carteles-de-la-memoria/>. Acesso em: 25 abr 2025.



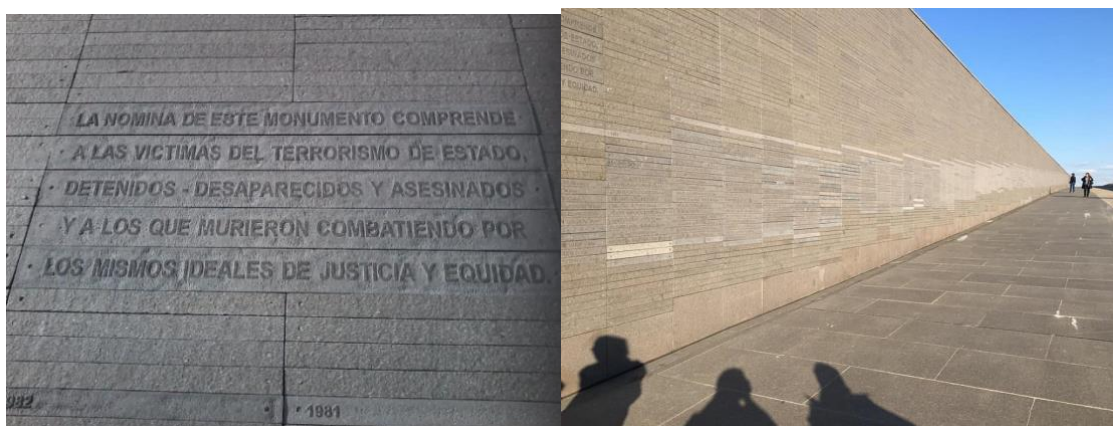
Expressões artísticas no *Rio de la Plata*, Buenos Aires.
Fotografias: arquivo pessoal da autora, 2022.

O Parque não é, necessariamente, um lugar de memória (embora o rio onde estão muitos dos corpos assassinados/as se anuncie ali), mas é um sítio de consciência que transita, paradoxalmente, entre o lazer e a memória pública sobre o passado traumático argentino. Atravessando seu terreno foi erigido o Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado, de modo que todo/a visitante ou usuário/a não consiga passar imune àquelas placas de material rochoso com milhares de nomes, numa grande denúncia ao assassinato, mas também homenagem à vida daqueles/as que nos falam em silêncio. Como afirmou Huyssen (2003, p. 103) sobre o projeto, “seu traçado em zigue-zague que atravessa a forma semicircular do parque, o monumento configura um corte, uma ferida geológica no terreno de topografia acidentada”, moldada por uma sensibilidade estética que convida à reflexão em torno da “relação entre rio e cidade, história e política” (tradução livre da autora).

Separados pelas datas das prisões e “desaparecimentos”, os nomes contam histórias, principalmente de militantes envolvidos/as nos grupos armados. As idades registradas nos falam de uma juventude com a qual é possível se identificar, provocando o sentimento de interrupção do tempo da vitalidade e de injustiça. Em muitos nomes de mulheres encontra-se a marca *embarazada*, em referência à sua gravidez, promovendo o questionamento sobre o destino de seus/suas bebês e a crueldade do regime. Entre as pedras, notam-se os sinais da interação com o público, que não passa por elas insensível: há bilhetes e flores depositadas.

Assim como as placas colocadas pelas *Abuelas* na *Casa por la Identidad*, fazendo referência aos/às netos/as encontrados/as, o monumento às pessoas mortas pelo terrorismo de Estado se atualiza em todo tempo. Embora pareçam encerrar e cristalizar a memória em

muros e placas, as memórias ali não são estáticas, pois a pressão por justiça, a interação com o público e as descobertas históricas e jurídicas alimentam os números, atribuindo nomes e homenagens a quem não pode mais falar. Os muros que parecem encobrir o *Rio de la Plata*, não omitem a possibilidade de as vítimas ali nomeadas poderem estar em suas águas. O sítio de consciência é dinâmico, interativo e sensível, contribuindo para a produção e o reconhecimento de presenças na história e na memória. Esta força da vida enfrenta, todos os dias, aqueles que desejam a morte e o esquecimento: os negacionistas e distorcionistas históricos.



	◀ 1977	◀ 1977
6 años	◀ TABOADA, RODOLFO EDUARDO 22 años	◀ SUAREZ, HUGO HEC
años	◀ TAGLIAFERRO, JOSE LUIS 29 años	◀ SUAREZ, IGNACIO A
	◀ TAKARA, JUAN 33 años	◀ SUAREZ, JOSE GUILI
21 años	◀ TALLONE, RENATO CARLOS 19 años	◀ SUAREZ, JOSE LUIS
A 21 años	◀ TAPIA CONTARDO, DANIEL ESTANISLAO 24 años	◀ SUAREZ, JUAN CARL
os	◀ TARAMASCO, ENRIQUE HORACIO 30 años	◀ SUAREZ, JUAN MANU
NA 27 años	◀ TARANTO, ROSA LUJAN 20 años, embarazada	◀ SUAREZ, OMAR GED
26 años	◀ TARRAGA, HECTOR HUMBERTO 20 años	◀ SUAREZ, ROBERTO D
21 años	◀ TARTAGLIA, LUCIA ROSALINA 24 años, embarazada	◀ SUAREZ, ROBERTO OS
EL 20 años	◀ TASADA, ADRIANA ELISA 20 años, embarazada	◀ SUAREZ NELSON, MARIO CESAR
0 años	◀ TASCA, ADRIANA LEONOR 22 años, embarazada	◀ SUASNAVAR, TERESITA
7 años	◀ TATO, NORMA 28 años, embarazada	◀ SUIDE, SALVADOR DA
ERTO 19 años	◀ TAURO, MARIA GRACIELA 24 años, embarazada	◀ SURRACO, EDUARDO O

Muros com os nomes de “desaparecidos/as” no *Parque de la Memoria*.
Fotografia: arquivo pessoal da autora, 2022.

Os negacionismos e distorcionismos: não enfrentar o passado que nos encara

Na direção contrária aos/às empreendedores/as da memória, nomeados/as assim por Jelin (2002), atuam os setores conservadores e autoritários que pretendem fazer calar e desaparecer os instrumentos coletivos e as políticas públicas de enfrentamento ao passado traumático. Ao se referir às representações e usos do passado construídas por agentes que atuaram e defendem os tempos autoritários na América Latina, Caroline Bauer (2018, p. 198-199) afirma que esses sujeitos configuram uma “comunidade de memória” pela qual se busca não necessariamente negar, mas legitimar as práticas de impunidade e continuidade de violações aos direitos humanos e as tentativas de silenciamento continuamente utilizadas pelas ditaduras. A desmoralização dos testemunhos, a responsabilização das vítimas e a equiparação da violência do Estado com a de grupos armados – a chamada “teoria dos dois demônios” – tem sido a marca dos discursos autoritários que, desde o fim das ditaduras latino-americanas, como no caso da Argentina, em que não há somente a negação dos

acontecimentos, mas a relativização e banalização do passado traumático. Esta postura política de não somente negar os fatos, mas de atribuir explicações para justificá-los é, segundo Daniel Lvovich e Bóris Grinchpun, uma estratégia que busca ser mais eficaz diante da opinião pública:

La relativización puede asumir también la forma de la banalización, esto es la omisión y/o distorsión de hechos y procesos para condicionar su legibilidad y significación. La estrategia negacionista extrema fue la de la propia dictadura, la cual –no son divergencias y contramarchas– procuró silenciar sus propias dinámicas represivas y borrar las huellas de sus crímenes. Tras el “show del horror”, las investigaciones y los juicios, hubo quienes continuaron minimizando los asesinatos, pero esta táctica defensiva perdió eficacia frente a la opinión pública. Proponer una interpretación que atenuase la responsabilidad de los perpetradores, por el contrario, adquirió viabilidad. En vez de negar la masacre, se la integró en una serie argumental que la matizó, convirtiéndola así en un discurso más audible, sobre todo al ser divulgado a través de los medios de comunicación y, luego, las redes sociales. Cuestionar el número de desaparecidos, afirmar que no fueron 30.000, sino 8.000 o 9.000, no encubre ni desconoce el fenómeno de la desaparición: busca suavizarlo, mitigarlo, asimilarlo (Lvovich e Grinchpun, 2022, p. 2).

As práticas manipulatórias que buscam reconstruir ou dar novo significado ao passado pela produção de uma “pós-verdade” são nomeadas por Mariana Joffily e Walderez Ramalho (2023, p. 11) como distorcionismo, uma forma de abuso histórico, que não apresenta nenhum compromisso ético ou epistêmico, mas se preocupa em deturpar eventos, fazendo uso do passado por meio de um jogo de ocultação de fatos, ou valorização de acontecimentos em detrimento de outros, “operando uma inversão proposital da hierarquia de relevâncias”. Em 2017, esta inversão podia ser observada nos discursos distorcionistas:

El 29 de enero de 2017, en una entrevista televisiva, Juan José Gómez Centurión, Director General de la Dirección Nacional de Aduanas, consideró que en la última dictadura militar “no hubo un plan sistemático” para hacer desaparecer personas. Sostuvo que fue un “torpísimo golpe de Estado” y relativizó el número de desaparecidos, al advertir que “no es lo mismo ocho mil verdades que 22 mil mentiras” (Thus, 2017, p. 189).

Historicamente, na Argentina, essas tentativas de conter a responsabilização e a punição de perpetradores também se realizaram no formato de leis como a do Ponto Final (1986) e da Obediência Devida (1987), que eximia militares e repressores acusados de violência (e até mesmo já julgados e presos) pelo pressuposto de “cumprirem ordens”, além da proposta de demolição dos edifícios como o da ESMA (1998), para em seu lugar erigir

um monumento de “união nacional” (Guglielmucci, 2007). Sobre essa instrumentalização do passado em nome do distorcionismo histórico, Mario Ranaletti, em 2009, já chamava a atenção acerca do processo que estava acontecendo na Argentina em torno da reivindicação dos setores à direita para a chamada “memória completa”:

Los recientes intentos por continuar con la búsqueda de verdad y justicia para las consecuencias del terrorismo estatal han provocado un viraje sustancia en el accionar de las usinas negacionistas, recicladas en asociaciones de recuperación de una supuesta memoria cercenada o parcializada. Libros, revistas, cursos, conferencias, tertulias literarias, “grupos de estudio”, sitios en Internet, marchas, misas, intervenciones mediáticas y manifestaciones públicas por una memoria “completa” son las herramientas utilizadas para convencer al público de que el trabajo de memoria y las investigaciones en torno a las consecuencias del terrorismo de Estado son, en realidad, una campaña de desprestigio contra las Fuerzas Armadas llevada a cabo por ex miembros de las organizaciones armadas de los años setenta (Ranaletti, 2009, p. 2).

No contexto argentino, Ranaletti lembra que houve a construção da ideia de uma “guerra”, uma instrumentalização do passado para legitimar o terrorismo de Estado. O negacionismo argentino se ampara, constantemente, na existência de uma guerra em nome do cristianismo e contra o “comunismo destruidor e terrorista”. A chamada “teoria dos dois demônios” é central no discurso de grupos conservadores, negando a ideia da violência e da repressão como práticas de terror. Nos anos recentes, sob o governo de Javier Milei, podemos observar a continuidade desta estratégia política quanto à interpretação sobre o passado, defendida pela alta cúpula militar, pelos grupos de direita e pelo governo, baseada na defesa de uma “reorganização nacional”, tal qual o discurso do regime militar. Este posicionamento político não se nega a enfrentar o passado violador dos direitos humanos; pelo contrário, justifica a necessidade da “verdade completa”. O presidente argentino anunciou em março de 2025 a suspensão do sigilo dos arquivos da Secretaria de Inteligência do Estado relativos à ditadura da Argentina (1976-1983). Não à toa, seu pronunciamento aconteceu no Dia da Memória, enquanto ocorriam várias manifestações de rua, organizadas por militantes de direitos humanos e justiça, como as *Madres* e as *Abuelas de Plaza de Mayo*, para fazer frente a elas.

Apropriando-se do vocabulário da Academia e da militância dos movimentos sociais mais à esquerda, Milei e sua vice-presidenta, Victoria Villarruel, lançam mão do

distorcionismo ao tratarem os perpetradores sentenciados por crime durante a ditadura como “presos políticos” e afirmarem que a memória “dessas vítimas” do “terrorismo da guerrilha” tem sido silenciada e “varrida para baixo do tapete da história”. Invertendo-se a moral e o significado sobre o passado, os negacionistas e distorcionistas afirmam que a eles “Foram negados seus direitos à verdade, à Justiça e à reparação”, num movimento perigoso e antidemocrático⁷ que procura anular a memória pública construída pelos/as “empreendedores/as da memória”. Nessa direção, o presidente Milei retirou o sigilo de todas as documentações nos arquivos, relativos ao passado, mas não para punir agentes da repressão e reparar danos, e sim para “revelar o que a esquerda realizou de mal para o país”, narrativa esta ancorada no desmantelamento de órgãos de defesa dos direitos humanos, do Arquivo Nacional da Memória, do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul e do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* por meio de cortes de verbas, demissões e fechamento de edifícios como o *Museo Sitio de Memoria*. Emprega-se um ataque às estruturas democráticas que promovem a memória pública, capazes de produzir debates e chamamento à reparação histórica; lugares de memória e sítios de consciência aqui apresentados são colocados sob suspeita e desqualificados, numa tentativa de aniquilação da memória.

A campanha da Memória Completa, que atinge meios de comunicação e redes sociais desde os anos 2000, é liderada por organizações como Argentinos pela Memória Completa, Associação de Familiares e Amigos dos Presos Políticos da Argentina e o Centro de Estudos Legais sobre o Terrorismo e suas Vítimas, durante anos liderada por Villarruel, quando era deputada federal. Assume-se, ainda mais com a presidência de Milei, uma posição de suposta neutralidade (acusando a própria historiografia como manipuladora e ideóloga marxista), de eliminação de referências às *Madres* e às *Abuelas de Plaza de Mayo* e de vitimização de militares e agentes da repressão condenados juridicamente durante os trabalhos da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), sendo apresentados como “presos

⁷ Notícia disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-milei-derrubou-sigilo-de-documentos-militares-da-ditadura-na-argentina/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

políticos” perseguidos e “silenciados” historicamente por uma “guerra suja” (Thus, 2017; Marchiaro, 2021).

Lvovich e Grinchpun afirmam que durante anos o caráter clandestino e violento do regime argentino foi sendo acobertado por discursos oficializados, como afirmar que o sequestro de militantes e seus assassinatos seriam “transportes”, “deslocamentos” ou “disposición final”. Os assassinados foram reduzidos à categoria de “desaparecidos”, a fim de não se nomear mortos e responsáveis, e se jogaram no escuro acusações e punições que pudessem reparar as feridas não fechadas; o passado que não passa se mantém em aberto. Negam-se não só os mortos, mas seu número, chamando de manipulação e mentira a estatística de 30 mil. Apresentam-se alegações de que muitos “desaparecidos/as” fugiram para a Europa, diminuindo a estatística para 8 ou 9 mil, como já havia feito o presidente Macri anteriormente, e sugere-se que o número seria exagero dos órgãos ligados aos direitos humanos.

Hoje assistimos, na Argentina, não mais um discurso que procura promover o perdão, a reparação ou a reconciliação; mas políticas públicas que pretendem tornar os lugares amnésicos e produzir instrumentos de esquecimento, de desvalorização do trauma e de equiparação de ações políticas no passado. Não se nega mais as violações, mas defende-se uma “memória completa”, ao mesmo tempo que se realizam ações de aniquilação política de documentos, lugares de memória e sítios produtores de consciência histórica e pública. No entanto, as ações de silenciamento não são capazes de produzir silêncio, o que se pode observar na continuidade da luta pela memória pública e na recriação de espaços de diálogo com os públicos.

Considerações finais: a defesa de uma história pública argentina contra o negacionismo/distorcionismo

Alejandra Rodriguez e Gisela Andrade (2024) se referem a um processo de paixão memorialística nos últimos anos na Argentina, que se manifesta em festejos massivos e imersivos, em apresentações teatrais, exposições em praças e estações de trem, assim como a criação ou ressignificação de espaços não mais voltados exclusivamente a uma audiência

acadêmica. Projetos como aqueles que foram citados ao longo deste artigo demonstram que os diferentes grupos sociais e políticos se enfrentam na busca por (res)significar o passado e construir (ou não) a reparação dos danos denunciados nos lugares de memória e sítios de consciência. As autoras reconhecem um movimento da história pública, em que comunidade e Academia se aproximam no sentido de não permitir as tentativas de aniquilação da memória e de grupos de direitos humanos promovidos pelo governo de Milei e seus apoiadores:

Este escenario dio lugar a nuevas reflexiones sobre el saber histórico y su vínculo con la sociedad y los grandes públicos y, sin duda, facilitó la introducción de la historia pública en los debates del campo historiográfico argentino, a partir de la articulación de las vertientes relacionadas con la divulgación, y con la amplia producción académica de la historia reciente (o de tiempo presente). [...] Por su parte, las comunidades movilizan afectos y construyen sentidos de una manera más potente cuando participan de experiencias con el pasado (Rodríguez e Andrade, 2024, p. 32).

Em 2023 pude testemunhar a permanente parceria entre a Academia e os movimentos sociais e políticos, durante as comemorações dos 40 anos da democracia, e em meio ao evento de História Pública que aconteceu na Universidade Nacional de Quilmes. Ali ocorreu a inauguração de um espaço em homenagem às *Abuelas de Plaza de Mayo*, compartilhando a memória de suas lutas e conquistas, sua marcha na Praça de Bueno Aires e suas ações em busca de seus/suas netos/as sequestrados/as, desaparecidos/as ou mortos/as durante a ditadura, num processo de debate público com estudantes e com a comunidade local. Elas estiveram presentes, com seus lenços e memórias e, também, com seus/suas familiares, aqueles/as que um dia foram alijados/as de sua família e identidade, mas que buscam realizar a justiça.



Encontros com as *Abuelas*, 2023, e *Jornadas por la Memoria*, 2025 – Inauguração da exposição “El mundo en un pañuelo” no Espaço Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, Universidade Nacional de Quilmes.

Fonte: Portal UNQ - <https://www.unq.edu.ar/noticias/jornadas-por-la-memoria-en-la-unq/>. Acesso em: 02 abr. 2025.



Exposição “Nietos y Nietas” – Espaço Madres y Abuelas – Universidade Nacional de Quilmes
Fotografia: arquivo pessoal da autora, 2023.

Ao adentrar o espaço, me deparei com as fotos dos/as netos/as nas paredes e me emocionei. Aqueles rostos pareciam continuar uma narrativa que havia começado – ou circulado – nos outros espaços de memória (o *Centro Haroldo Conti* e o *Parque de la Memoria*). Em seu perfil adulto, eles e elas apresentam suas versões, suas trajetórias e testemunhos e continuam a olhar para o público e acolhê-lo com seus sorrisos, apontando para o futuro. Uma exposição com fins públicos e democráticos não considera os visitantes como mera audiência, passiva ou submetida ao espetáculo da dor, mas se propõe a contar e a escutar; a

produzir públicos conscientes dos danos do passado. Eventos como esse se repetiram em 2024 e 2025, com as Jornadas pela Memória, por meio de novos diálogos que ainda são sustentados a fim de defender o direito à memória. Aqui, o mote da exposição e do debate público é a escuta das vozes envelhecidas e cansadas, mas sempre persistentes, e que procuram na Universidade uma mediação política contra os negacionismos e distorcionismos. Compartilham trajetórias, nomes, reivindicações e sonhos, por meio de diferentes temporalidades e camadas de memória, com parte da sociedade que colaborou com sua omissão e apoio às violências; mas também com setores dela que são tocados por suas histórias, que não se resignaram; ainda, com as novas gerações argentinas que circulam pela universidade - também fora dela – vivendo sob as sombras da pós-verdade e da panaceia da “memória completa”.

Podendo ser afetada como público e como pesquisadora, e observar os efeitos de políticas como estas, encerro este artigo procurando demonstrar os efeitos da publicização de uma história traumática que afeta sociedades que viveram experiências de ditaduras na América Latina. Procurei refletir acerca de decisões sobre como, onde, para e com quem contar significa compreender que a prática de história pública é um posicionamento político de enfrentamento aos silenciamentos que produziram dor e traumas; um exercício de autorreflexividade, como apontou Ricardo Santhiago (2018), sobre os efeitos das ações políticas e educativas na produção e circulação das múltiplas memórias e do conhecimento histórico sobre as novas gerações. Mais do que isso, como a construção de uma história pública tem efeitos sociais e políticos profundos no enfrentamento a narrativas de “pós-verdade” que contribuem para a permanência das feridas do passado.

Pensar os espaços como o *Centro Cultural Haroldo Conti*, o *Parque de la Memoria* e a própria Universidade Nacional de Quilmes como espaços de produção de consciência não significa somente tratar de modos de difusão de informações, mas compreendê-los como processos de comunicação sensíveis que questionam pressupostos de argumentos autoritários e negacionistas/distorcionistas que perpetuam modos de violência e de silenciamentos. Procurei compartilhar práticas de uma história pública comprometida com a criação de um público que condene os autoritarismos e valorize a democracia e a vida. Mais

do que produtos, os espaços ocupados, as palavras registradas, os objetos, as artes, os testemunhos e as muitas imagens construídas pelos/as empreendedores/as da memória – expressam uma história em movimento, que se alimenta da memória viva; produz posicionamentos dialógicos e sensíveis com sujeitos/as e dívidas sociais, educacionais e políticas. São instrumentos de apropriação do passado e de confronto com grupos que na atualidade – ou mesmo antes – pretenderam e desejam apagar ou banalizar fatos criminosos, igualando-os à militância política antitadura. Setores de militantes e apoiadores da direita argentina e do presidente Milei, na atualidade, procuram impedir a palavra, as imagens e os símbolos capazes de produzir o acalanto, a vitória da democracia e do afeto como ato político.

A alegria do (re)encontro de corpos, em um cruzamento de tempos e memórias, e a recuperação da vida de amigos, familiares, militantes e cidadãos/ãs são evidenciadas publicamente como necessárias à construção da democracia. O que os sítios de consciência produzem incomoda àqueles que desejam que os testemunhos orais, materiais e/ou imagéticos emudeçam e que se tornem invisíveis e subterrâneos. Afinal, a vitória de grupos atingidos pela violência física, política, social e emocional significa a responsabilização dos opressores. Em sentido contrário ao que os negacionistas/distorcionistas, o que se assiste nos espaços aqui apresentados é a persistência na restauração de dimensões públicas, a partir da versão e do olhar de quem foi oprimido, mas não reduzido ao papel paralisante de vítima. As pessoas mortas e desaparecidas, as crianças um dia sequestradas forçadamente e as mães/avós movidas pelo sonho de justiça continuam a encarar a sociedade em seu presente, chamando novos sujeitos/as à mediação dos/as agentes da memória, como elas se tornaram – na Universidade e fora dela – para combater novas formas de opressão. Fazer história pública, nesse contexto, é saber que o processo de elaboração de justiça continua movimento em aberto e que é preciso manter os lugares e ações pelos quais se possa compartilhar a memória ferida, mas nunca esquecida. Como escreveram as *Abuelas* em seu jornal, em março de 2023: “Salimos del silencio y no vamos a volver nunca más”.

Referências

ALMEIDA, Juniele R. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral In: **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 47-57.

BAUER, Caroline S. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: Mauda, Ana M; Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane T. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 195-205.

BRIONES, Marcia Cristina Hernández. **“El olvido esta lleno de memoria”**: estudo de caso do sítio de consciência Villa Grimaldi como meio de comunicação: a didática dos direitos humanos e a cultura da memória, Porto Alegre, 2015.

CANELO, Paula V. La legitimación del Proceso de Reorganización Nacional y la construcción de la amenaza en el discurso militar. Argentina, 1976-1981. **Sociohistórica**, n. 9-10, p. 103-134, 2001.

CUYA, Esteban. Justiça de transição. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 37-78, jan/jun 2011.

GUGLIELMUCCI, Ana. La objetivación de las memorias públicas sobre la última dictadura militar Argentina (1976-1983): el 24 de marzo en el ex centro clandestino de detención ESMA. **Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.** no.4, Bogotá, Jan-Jun 2007.

HUYSEN, Andreas. Memory Sites in an Expanded Field: The Memory Park in Buenos Aires. In: **Present pasts: urban palimpsests and the politics of memory**. California: Stanford University Press, 2003, p. 94-109.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, Niterói, v. 30, n. 1, p. 1-20, 2024.

LVOVICH, Daniel; GRINCHPUN, Boris Matías. Banalización, relativización, negacionismo. Un escenario e los campos de batalla por la memoria del pasado argentino reciente. **Contenciosa**, n. 12, Ene-Nov 2022.

MARCHIARO, Fausto. Construcción de la Memoria histórica y negacionismo en la Argentina contemporánea. **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, año 6, n. 12, p. 334-362, Jul-Dec 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 07-28, 1993.

PARSONS, Emily E. Espacio para el recuerdo: memoria colectiva y reconfiguraciones del disputado espacio de la ESMA de Argentina. 452^{da}. **Revista electrónica de teoría de la literatura y literatura comparada**, 4, p. 29-51, 2011.

RANALLETTI, Mario Apuntes sobre el negacionismo en Argentina. Uso político del pasado y reivindicación del terrorismo de Estado en la etapa post-1983. **XII Jornadas Interescuelas**. Dep. de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, Bariloche, 2009.

RODRIGUEZ, Alejandra F.; ANDRADE, Gisela. Acerca de las prácticas públicas de la historia. Reflexiones sobre el I Congreso de Historia Pública y Divulgación en Argentina. **Boletim do Tempo Presente**, v. 13, n. 04, p. 222-245, Out./Dez., 2024.

SALIGNAC, Luana Gonçalves. Justiça de transição: as “Abuelas da Plaza de Mayo” como instrumentos do direito à identidade e à verdade histórica argentina. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, v. 5, n. 2, Out. 2017.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2016.

THUS, Valeria. Negacionismo y políticas públicas. ¿encarna Argentina un negacionismo estatal? **Revista Crítica Penal y Poder**. Universidad de Barcelona, n. 13, p. 185-207, octubre, 2017.

Recebido em: 30 de março de 2025

Aprovado em: 02 de agosto de 2025